

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 306ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

1 Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, na 2 Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve 3 início a 306ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução da Presidente do Conselho 4 Superior, Fabiana Costa Oliveira Barreto. Estiveram presentes os Conselheiros Arinda Fernandes, 5 Antônio Ezequiel de Araújo Neto e Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza, e o 6 Corregedor-Geral do MPDFT, José Valdenor Queiroz Junior, e, por plataforma de videoconferência, 7 os Conselheiros Eduardo José Oliveira de Albuquerque, Maria Rosynete de Oliveira Lima, Marta 8 Alves da Silva e Antônio Marcos Dezan. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Maurício 9 Silva Miranda e Mauro Faria de Lima. I – EXPEDIENTE. 1. APROVAÇÃO DA ATA DA 10 SESSÃO ANTERIOR. A. 304ª Sessão Ordinária, de 24 de setembro de 2021. O Colegiado, à unanimidade, aprovou a referida ata. 2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A. Portaria 11 12 Normativa PGJ nº 763, de 8 de setembro de 2021 (*Tabularium* 08191.112595/2021-90), que altera, 13 ad referendum do Conselho Superior do MPDFT, o Capítulo I do Anexo da Portaria Normativa PGJ nº 523, de 8 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a vinculação dos órgãos de execução do 14 15 MPDFT às unidades da Polícia Civil do Distrito Federal para fins de exercício das atribuições de 16 controle externo da atividade policial. Referendada a portaria, à unanimidade, pelo Colegiado; B. 17 Portaria PGJ nº 508, de 28 de setembro de 2021 (Tabularium 08191.128033/2021-68), que dispensa, 18 a pedido, a Promotora de Justiça Raquel Tiveron da designação para compor a Comissão de Pós-Graduação, constante da Portaria PGJ nº 869, de 18 de julho de 2017. A Presidente informou a 19 20 indicação do Promotor de Justiça Otávio Binato Júnior para compor a referida comissão. 21 Cientificado o Colegiado; C. Aprovação do cronograma e edital para entrega das comendas da 22 Ordem do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao ano de 2021. 23 Aprovado à unanimidade; **D.** Apresentação do Mapa Estratégico para os anos de 2022 a 2026. Foi 24 concedida a palavra à Promotora de Justiça Hiza Maria Silva Carpina Lima e ao Secretário de 25 Planejamento, José Joaquim Vieira de Araújo, presentes à sessão, para realizar a apresentação. Ao 26 final, os Conselheiros elogiaram o trabalho desenvolvido pela SECPLAN. 3. COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO - PDDC. A. Ofício nº 27 28 266/2021-PDDC/MPDFT, de 9 de novembro de 2021 (*Tabularium* nº 08191.147446/2021-41), que 29 encaminhou os relatórios de atividades da Procuradoria Distrital e da Força-Tarefa para 30 Acompanhamento das Ações de Combate ao Novo Coronavírus no DF, referentes aos meses de 31 setembro e outubro de 2021. O Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, acompanhando a 32 sessão por videoconferência, usou da palavra para prestar esclarecimentos. 4. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A. Ofício nº 4051/2021-Ouvidoria, de 6 de outubro de 2021 (Tabularium nº 33 34 08191.131591/2021-19), que encaminhou o relatório dos Pedidos de Informação, segundo a Lei 35 12.527/2011, relativo ao mês de setembro de 2021; **B.** Ofício nº 4053/2021-Ouvidoria, de 7 de outubro de 2021 (Tabularium nº 08191.132748/2021-15), que encaminhou o relatório mensal da 36 Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, relativo ao mês de setembro de 37 38 2021. **5. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL. A.** Ofício Circular nº 028/2021-39 GCG, de 7 de outubro de 2021 (Tabularium nº 08191.132276/2021-09), que comunicou a 40 realização da Correição Ordinária, na modalidade virtual, às Promotorias de Justiça de Brasília II, 41 Guará, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo, no período de 3 de novembro a 3 de dezembro de 2021; B. Ofício Circular nº 031/2021-GCG, de 20 de outubro de 2021 (Tabularium nº 42 43 08191.138628/2021-21), que comunicou a realização da Correição Ordinária, na modalidade virtual, 44 dos Membros não correicionados e lotados em unidades já correicionadas no triênio 2020-2022, que 45 ocorrerá no período de 11 de novembro de 2021 a 13 de dezembro de 2021; C. Relatório Final de Correição: (1) Correição Ordinária da 4ª P.J. Criminal de Taguatinga (Promotor de Justiça Cláudio 46 Henrique Portela do Rego) – 08191.049253/2021-26; (2) Correição Ordinária da 2ª P.J. de Defesa 47 48 da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Promotora de Justiça Lívia Rodrigues 49 Teixeira) – 08191.049309/2021-42; (3) Correição Ordinária da 2ª P.J. Criminal do Paranoá



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS CONSELHO SUPERIOR

(Promotor de Justiça Sérgio Eduardo Correia Costa Gomide) – 08191.065125/2021-20; (4) Correição Ordinária da 1ª P.J. Criminal e do Tribunal do Júri do Recanto das Emas (Promotora de Justiça Flaviane Ribeiro de Araújo) - 08191.065179/2021-95; (5) Correição Ordinária da 2ª P.J. do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito do Gama (Promotor de Justiça Lucas Salomé de Aguiar) - 08191.097201/2021-66; (6) Correição Ordinária da 1ª P.J. Eleitoral do Distrito Federal -08191.097210/2021-57. **D.** Decisões que determinaram arquivamento dos seguintes procedimentos: (1) Expediente n° 08191.014831/2019-99; (2) Expediente n° 08191.024158/2020-39; (3) Expediente n° 08191.024160/2020-16; (4) Expediente n° 08191.045225/2021-30; (5) Expediente n° Expediente n° 08191.082191/2021-64; (6) 08191.109743/2021-99; (7) Expediente n^{o} n° 08191.113813/2021-11; (8) Expediente 08191.117565/2021-70; (9) Expediente 08191.128895/2021-91. E. Decisões que determinaram arquivamento de apurações acerca de conduta de membros do MPDFT: (1) Notícia de Fato nº 08191.033507/2021-94; (2) Notícia de Fato nº 08191.052136/2021-40; (3) Notícia de Fato nº 08191.116003/2021-17. O Corregedor-Geral do MPDFT, presente à sessão, fez uso da palavra para prestar breves esclarecimentos, bem como informou que solicitou a retirada de pauta do Expediente nº 08191.062371/2016-62 e da Notícia de Fato nº 08191.120877/2021-61, para melhor apreciação da matéria. O Colegiado, à unanimidade, aprovou os Relatórios de Correição, bem como homologou as decisões de arquivamento das notícias de fato acima referidas, e tomou ciência em relação aos expedientes, nos termos do art. 2°, inciso VI, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014. A Conselheira Maria Rosynete de Oliveira Lima não conheceu das referidas decisões de arquivamento (item E), por entender que não é atribuição do Conselho Superior homologar expedientes administrativos da Corregedoria, conforme artigo 166 da Lei Complementar n. 75/1993. II - ORDEM DO DIA. 1. Processo nº 08191.016972/2021-61. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça do MPDFT. Assunto: Proposta de Resolução para instituir cinco Câmaras de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal. Relatora: Conselheira Maria Rosynete de Oliveira Lima. Discussão: Dispensado o relatório, a Conselheira Maria Rosynete fez a leitura do voto, seguindo-se amplo debate pelo Colegiado. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou a Relatora pela aprovação parcial da proposta, instituindo-se, gradualmente e de acordo com as necessidades do servico, as cinco Câmaras de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal (3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª), nos termos do voto. 2. Processo nº 08191.095434/2021-24. Interessada: Corregedoria-Geral do MPDFT. Assunto: Sindicância para verificar as condições de saúde de membro do MPDFT. Relator: Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto. Discussão: Leitura do voto pelo Relator. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pelo arquivamento da Sindicância. 3. Processo nº **08191.126864/2021-03.** Interessada: Promotora de Justiça Andrea Bernardes de Carvalho. Assunto: Requerimento de autorização de teletrabalho no período de 7 a 28 de janeiro de 2022. Relator: Conselheiro Antonio Marcos Dezan. Discussão: A Promotora de Justiça Andrea Bernardes de Carvalho, acompanhando a sessão por videoconferência, usou a palavra para sustentação oral. Após a leitura do voto pelo Relator, o Conselheiro Antonio Ezequiel de Araújo Neto abriu a divergência, pelo indeferimento do pedido. Decisão: O Conselho Superior, por maioria, acompanhou o Relator pelo deferimento do pleito de autorização para o exercício de teletrabalho, no período de 07/01/2022 a 28/01/2022. Vencido o Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto. III -MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS. Encerrada a sessão, foi designado o dia 10 de dezembro de 2021, sexta-feira, às 14h30, para a próxima sessão do Colegiado. Para constar, eu, Arinda Fernandes, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que segue assinada em conjunto com a Presidente do Egrégio Conselho Superior.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

50

51

52

53

54

55

56 57

58

59

60

61

62

63 64

65

66 67

68 69

70

71

72

73

74

75

76

77

78 79

80

81

82 83

84

85

86 87

88 89

90

91 92

93

94

Presidente do Conselho Superior Procuradora-Geral de Justiça ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO

Secretário do CSMPDFT Procurador de Justiça Assinado por:

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAUJO NETO - SCS em 25/01/2022. FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO - Precon/PGJ em 01/02/2022.

.